

# PROPOSTAS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E DE LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

## PROPOSALS OF THE NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE (BNCC) AND TEACHING BOOKS FOR THE TEACHING OF LINGUISTIC VARIATION IN FUNDAMENTAL EDUCATION FINAL YEARS

Sinval Martins de SOUSA FILHO<sup>1</sup>, Luana Medeiros de MOURA<sup>2</sup>

1 Professor Associado da Faculdade de Letras/UFG, onde atua na graduação e na pós-graduação. É pós-doutor em Psicolinguística (UnB) e em Teoria Linguística (Università di Pisa) e Doutor em Letras e Linguística.  
Email: [sinvalfilho7@gmail.com](mailto:sinvalfilho7@gmail.com).

2 Professora efetiva de Língua Portuguesa na Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF), mestranda em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG).  
E-mails: [luamoura@hotmail.com](mailto:luamoura@hotmail.com) / [profluamoura@gmail.com](mailto:profluamoura@gmail.com).

**RESUMO:** O presente artigo apresenta como eixo central de discussão o tema variação linguística no ensino de língua portuguesa, tecendo reflexões sobre as propostas contidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sobre como os livros didáticos dos anos finais do ensino fundamental respondem às demandas do documento curricular oficial. Estas reflexões ancoram-se nos estudos de Bakhtin (2011); Antunes (2003); Martelotta (2012); Bagno (2007); Geraldi (1997); Falsarella (2004); entre outros. A metodologia centra-se na pesquisa bibliográfica de base qualitativa. O corpus consiste de um manual didático do professor de português do 6º ano (PNLD 2020), já atualizado após a entrada em vigor da BNCC, a BNCC e estudos acadêmicos sobre o tema estudado. Verificou-se que a BNCC, em relação ao ensino da língua portuguesa, contemplou o tema da variação linguística como fator constitutivo das línguas humanas, priorizando a necessidade de se observar e valorar a diversidade sob todos os aspectos que estão presentes na vida dos estudantes. No entanto, ficou evidente a existência de um desencontro entre o trato da matéria no livro didático (manual do professor) e as teorias preconizadas na BNCC.

**Palavras-Chave:** Língua portuguesa. Variação linguística. BNCC. Livro didático. Ensino fundamental anos finais.

**ABSTRACT:** This article shows as the main theme: linguistic variations in Portuguese teaching. Reflecting the proposals contained in the BNCC (National Base of Common Curriculum) and how academic books at the end of Junior High meet up the requirements of the official curriculum document. These reflections are based upon the studies of Bakhtin (2011); Antunes (2003); Martelotta (2012); Bagno (2007); Geraldi (1997), Falsarella (2004) among many others. Methodology: The emphasis will be in the analysis of aspects that we consider of great relevance for the teaching of Portuguese in a Junior level class, having in mind the achievable goal to help and assist college students and Portuguese professors. Help them to think critically about the bullet points presented in the BNCC concerning the linguistic variation and those shown in academic books. The body of this article will be as a manual of instructions to professors of seventh grade (PNLD 2020), updated after the new BNCC. The analysis is made out of a single book. However, all considerations in this study can be made and applied thru all grades in High School. Therefore, the methodology used will be a study of linguistic variation such as the one presented in the academic book, applying the tools of the authors named above. RESULTS: It has come to a conclusion that the BNCC, in relation to the Portuguese language teaching, approached the theme of linguistic variation as a constitutive factor of human languages. Prioritizing the necessity to observe and evaluate the diversity under all aspects that are part of student's lives. Hence, there are evidences towards the existence of a mismatch concerning the approach taken between academic books and all the theories supported by the BNCC.

**Keywords:** Portuguese language. Linguistic variation. Teaching. BNCC. Academic book. In Fundamental education final years.

---

## 1. INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo, editado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologado em 2017 pelo Ministério da Educação (MEC), que define, segundo o próprio

texto (BRASIL, 2017, p. 7), “o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”. A BNCC foi construída para reafirmar os documentos anteriores, trazendo um alicerce unificado e fomentador de qualidade no ensino da educação

básica, conforme também dispõe:

O componente Língua Portuguesa da BNCC dialoga com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, buscando atualizá-los em relação às pesquisas recentes da área e às transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, devidas em grande parte ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). [...] Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), para os quais a linguagem é uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história (BRASIL, 2017, p. 20).

Os PCNS, criados pela Instituição de Educação Superior (IES) e pelo Ministério da Educação (MEC), foram, na década de 1990, um “modelo” de abrangência nacional que seria utilizado pelos estados e municípios na elaboração de seus próprios currículos, ou até mesmo, se quisessem, esses entes incorporariam os próprios PCNS a sua prática pedagógica, isto é, havia a possibilidade de os documentos funcionarem como parâmetros para a elaboração de currículos locais ou particulares, tanto na esfera municipal quanto na estadual.

Sobre a BNCC, trata-se de um documento normativo vinculativo em relação a sua aplicabilidade. Como o próprio nome sugere, é a base legalizada para a construção dos currículos educacionais. A organização da BNCC (Brasil, 2017) foi dividida em dois grandes grupos: a parte nacional básica curricular e a parte diversificada. A primeira delas apresenta os currículos escolares mínimos que devem estar presentes em todos os entes federativos, buscando uma homogeneização dos conhecimentos escolares, ou seja, são os conhecimentos basilares que todos os estudantes, independentemente de qualquer situação, devem possuir. A parte diversificada refere-se aos conhecimentos escolares complementares que levam em conta toda a diversidade brasileira, respeitando as idiosincrasias de cada ente federativo, bem como seu povo e suas culturas.

Desse modo, tanto a base comum curricular quanto a parte diversificada são complementares, formando um todo integrado. Sendo indissociáveis entre si, não se pode separá-las nem destacar maior importância ou simbolismo a uma em detrimento da outra, pois são complementares.

A BNCC (Brasil, 2017) defende algumas perspectivas que vinculam toda a educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio, dispondo de competências e habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo dessas três etapas. Para a BNCC (BRASIL, 2017, p. 8), competência é definida como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” De acordo com o Dicionário Aurélio,

habilidade é a “característica ou particularidade daquele que é hábil; capacidade, destreza, agilidade”, isto é, significa saber colocar em prática os conhecimentos obtidos na teoria (fazer), ou, segundo a própria Base Nacional (BRASIL, 2017, p. 29), as habilidades expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares. Nesse sentido, ambas são relacionáveis entre si e, por isso mesmo, patenteadoras de uma formação integral do estudante.

Além disso, a Base Nacional cuidou de tornar efetiva uma série de direitos e princípios constitucionais relativos à educação nacional, a exemplo da igualdade e da equidade no ensino. A igualdade, a fim de tratar pedagogicamente todos os estudantes de forma isonômica, tentando minorar as desigualdades educacionais no que se refere aos conteúdos escolares e ao mesmo tempo buscar uma educação que seja de qualidade para todos os brasileiros. Já a equidade é a oportunidade para o devido respeito às diferenças existentes entre todos os discentes, devendo, neste caso, haver condições especiais de ensino/aprendizado que abracem os diferentes na medida de suas desigualdades. A propósito, veja os seguintes trechos do referido documento:

A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão

revisados à luz do texto homologado da Base. [...] Este **documento normativo** aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL, 2017, p. 5 – Grifos nossos).

Além dos princípios destacados nessa última citação, a BNCC ainda foi elaborada com o propósito de dar conformidade ao disposto na Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE), no sentido de “fomentar a qualidade do ensino na educação básica por meio do estabelecimento de algumas metas a serem atingidas até 2021 para o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)” (BRASIL, 2007, p. 6) sendo este o órgão responsável por medir a qualidade do aprendizado nacional.

Nessa esteira, a BNCC (BRASIL, 2017) arrola como objetivos: i) superar o fracasso de políticas educacionais, ii) consolidar o regime de colaboração dos entes federados e iii) garantir um nível comum de aprendizagens a todos os estudantes brasileiros, elencando várias competências gerais que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica. Para a implementação desse programa, o documento apresenta os componentes curriculares e as áreas do conhecimento que permitem

uma sinergia entre si, de modo a fomentar a interdisciplinaridade de áreas afins, enquanto os componentes curriculares cuidam da oferta das próprias disciplinas escolares como português, inglês, artes.

Nesse sentido, em cumprimento ao que foi estabelecido na Base, destaca-se a área de linguagens, formada pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e, no Ensino Fundamental – Anos Finais, Língua Inglesa (BRASIL, 2017, p. 63). Com relação ao ensino da Língua Portuguesa, os livros didáticos veiculam desde há muito preocupações referentes às competências leitoras, produções de textos orais ou escritos e capacidades no desenvolvimento de análises linguísticas.

Assim, para desenvolver tais competências no estudo da língua, há a necessidade de se fomentar uma quantidade razoável de habilidades. Há que se lembrar, portanto, a partir de Freire (1998), a ideia de que “ler e escrever é um compromisso de todas as áreas”, no entanto, é função precípua do ensino/aprendizagem da língua portuguesa o despertar de habilidades na identificação das variadas vozes que tramam um texto oral ou escrito. É necessário saber ler o que está nas linhas, nas entrelinhas e por trás das linhas, como assevera Freire (1989), incentivando a importância da leitura de mundo e não das palavras. Se essas habilidades forem despertadas nos alunos, eles terão não somente a capacidade de ler palavras e frases, mas também a capacidade de entender e identificar valores, pontos de vistas, ideologias, crenças, pressupostos, modos de ver, de entender, de agir e de sentir o mundo, construindo seres plurais e com uma formação integral do indivíduo social.

Essa percepção também já havia sido

pormenorizada por Bakhtin (2011), quando esse revelou que a língua é um sistema de relações humanas, dialógicas, pois toda fala, oral ou escrita, é uma resposta a um dizer do outro, produzindo atitudes responsivas.

A BNCC, portanto, foi produzida a partir de documentos anteriores tais como os PCNS, a respeito dos quais, em linhas gerais, serão apresentadas a seguir algumas contribuições à elaboração da Base, servindo de esteio para o ensino da língua portuguesa e para o tema da variação da língua.

## 2. PROPOSTAS DOS PCNS PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Os PCNs (1998) propunham, como objetivo geral do ensino de língua portuguesa para o ensino fundamental, a formação de indivíduos capazes de adequar-se às diversas situações discursivas, expressando-se oralmente e por escrito em diferentes padrões de linguagem, especialmente o culto, a fim de adquirir competência leitora para obter informações, interpretar dados e fatos, recrear-se, recriar, observar, comparar e compreender textos.

À época dos PCNs já se percebia o quanto a formação tradicional ou a encontrada na maioria dos livros didáticos, responsável pela aprendizagem do aluno, estava distante desse objetivo. Até mesmo muitos professores do ensino fundamental que estavam e ainda estão atuando em salas de aula tiveram uma formação de Língua Portuguesa baseada nessa tradição e, assim, tinham dificuldade de levar o aluno a atingir os objetivos contidos nos PCNS. Abaixo, informações extraídas desse documento:

Nos últimos dez anos, a quase-totalidade das redes de educação pública desenvolveu, sob a forma de reorientação curricular ou de projetos de formação de professores em serviço (em geral os dois), um grande esforço de revisão das práticas tradicionais de alfabetização inicial e de ensino da Língua Portuguesa (BRASIL, 1998, p. 19).

A orientação para o ensino fundamental consistia em dar condições aos alunos de ampliar o domínio da língua(gem), o que segundo os PCNS (Brasil,1998), seria essencial para o exercício da cidadania. Assim, propunham que a escola organizasse o ensino com vistas a aprimorar conhecimentos discursivos e linguísticos. Tais diretrizes tinham em vista os seguintes resultados, dentre outros:

a) expandir o uso da linguagem em instâncias privadas e utilizá-la com eficácia em instâncias públicas, sabendo assumir a palavra e produzir textos — tanto orais como escritos — coerentes, coesos, adequados a seus destinatários, aos objetivos a que se propõem e aos assuntos tratados;

b) utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade linguística valorizada socialmente, sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participam;

c) conhecer e respeitar as diferentes

variedades linguísticas do português falado;

c) compreender os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz;

e) conhecer e analisar criticamente os usos da língua como veículo de valores e preconceitos de classe, credo, gênero ou etnia (BRASIL, 1998, p. 33).

Segundo os PCNs (Brasil, 1998), as práticas de língua(gem) permeiam todas as interações sociais dos indivíduos e elas se desenvolvem a partir da reflexão e do uso efetivo da linguagem em situações de interlocução. Nesse sentido, os PCNS (Brasil, 1998) propunham que as didáticas de ensino de Língua Portuguesa deveriam ser organizadas a partir do texto (oral ou escrito) como unidade básica do ensino da língua portuguesa, vale dizer, esse documento colocou o estudo dos gêneros textuais como referência básica para o trabalho com os diversos textos, na implementação desse aprendizado significativo. Nesse sentido, confira-se o que diz Gonzaga (2018, p.105):

É interessante observar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 21) já salientavam que: ‘o produto da atividade discursiva oral ou escrita que forma um todo significativo, qualquer que seja a

extensão, é o texto' e que todo o texto se manifesta através de um gênero específico. É através de textos construídos com enunciados dotados de intencionalidade que o ser humano interage, seja através de textos verbal, visual, verbo visual ou gestual.

Além desse importante estabelecimento dos gêneros textuais e do ensino da língua portuguesa por meio dos textos, os PCNs (Brasil, 1998) já anteviam a variação linguística como fator constitutivo das línguas humanas e, por isso mesmo, independiam de quaisquer ações normativas. Como consta do documento:

A Língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas. [...] A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. [...] É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige (BRASIL, 1998, p. 26).

Dessa forma, observa-se o quanto os PCNs foram relevantes para a educação brasileira, sobretudo para o ensino da língua portuguesa, pois trouxeram saberes antes obscurecidos ou não tratados com a devida importância, tais como os gêneros textuais e a variação linguística. Assim, pela robustez metodológico-didática que continham, é impossível não se fazer menção ou mesmo não dar os devidos créditos a esse importante título que abriu caminhos para várias discussões educacionais e que serviu de extrato para a Base Nacional Comum Curricular.

### **3. PROPOSTAS DA BNCC PARA O ENSINO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

A Base Nacional Comum Curricular (2017, p. 60), em relação aos anos finais do ensino fundamental, cuidou para que os alunos retomassem e ressignificassem os conhecimentos obtidos nos anos iniciais nos diferentes componentes curriculares, ampliando e fortalecendo a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação, além de expandir as práticas de linguagem.

Em sua essência, percebe-se que o documento priorizou a necessidade de se observar e valorizar a diversidade sob todos os aspectos que estão presentes na vida desses estudantes. Se assim não fosse, estar-se-ia fomentando no espaço escolar uma violência simbólica de toda ordem.

Veja o que diz a BNCC:



[...] Além disso, e tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola (BRASIL, 2017, p. 61).

A área de linguagens, inscrita na BNCC, considera que os alunos devem desenvolver seis competências específicas, que estão alinhadas com as competências gerais para a educação básica. Entre as competências específicas que devem ser asseguradas, destacam-se, para o presente estudo, as competências de números 1, 2 e 3 presentes na BNCC (2017, p. 65), reproduzidas abaixo:

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.
2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes

campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.

Além disso, no que concerne ao componente curricular língua portuguesa, a mesma BNCC reconhece que há um dialogismo entre a Base Nacional e os documentos anteriores, tais como os PCNS produzidos na década de 1990. Isso tudo traz uma modernização e melhoria nos estudos atuais e nas diversas práticas didáticas existentes no fazer pedagógico diário.

Por sua complexidade, haverá sempre a refração de uma teoria ou de uma prática didática, pois se trata de áreas do conhecimento, envolvendo sujeitos sociais cambiantes e teorias político-acadêmicas mutáveis. Em razão de haver muitos estados, muitos municípios e secretarias de educação, as vontades conseqüentemente são diversificadas, por vezes, baseadas em experiências obsoletas e resistentes a mudanças ou quem sabe fundadas em convicções próprias. Não se



pode desconhecer que os aparelhos ideológicos do estado, como a escola, são gerenciados por pessoas que nem sempre refletem em seu fazer pedagógico o que os currículos, projetos pedagógicos e políticas educacionais propõem que seja feito originalmente.

Sobre isso, observe o que diz Falsarella (2004, p. 5):

Qualquer proposta de inovação em práticas de sala de aula passa necessariamente pelo crivo e pela aceitação do professor, pelas relações que ele estabelece com sua prática já construída, pelas representações que revela sobre seu papel docente, pelo modo como articula esses elementos para construir sua identidade profissional. É o professor que efetiva, ou não, as mudanças na sua prática cotidiana.

Nesse sentido, veja-se o que a Base Nacional (2017, p. 67) sinaliza para o ensino de língua portuguesa:

O componente Língua Portuguesa da BNCC dialoga com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, buscando atualizá-los em relação às pesquisas recentes da área e às transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, devidas em grande parte ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC).

Nesse panorama, vê-se que a Base reafirma e implementa novas ideias não somente ao componente curricular língua portuguesa, mas também à educação brasileira como um todo. Com efeito, pode-se observar que a Base trouxe, também, o texto como matéria-prima do ensino da língua portuguesa, reverberando, nesse item, o ensino dos PCNS. Observe o que diz a BNCC:

Na esteira do que foi proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o **texto ganha centralidade** na definição dos conteúdos, habilidades e objetivos, considerado a partir de seu pertencimento a um gênero discursivo que circula em diferentes esferas/campos sociais de atividade/comunicação/uso da linguagem (BRASIL, 2017, p. 67 – grifos nossos).

Em consonância com as discussões acima, Gonzaga (2018, p. 105) testifica que:

O objetivo principal da BNCC de Língua Portuguesa é proporcionar saberes linguísticos para que o aluno possa se comunicar nas mais variadas situações, considerando a dimensão oral e escrita da língua como um contínuo da aprendizagem. E é através do texto em sua modalidade verbal, visual e gestual definido como multimodalidade de linguagens, que são estimuladas as competências do educando.

Dessa forma, percebe-se que os PCNs e a BNCC trouxeram em seu eixo central para o ensino

da língua portuguesa o texto, isto é, o gênero textual como um facilitador teórico-prático para os estudos da nossa língua oficial brasileira, amalgamados pela sensatez e coerência no ensino, encaminhando-se didaticamente para os letramentos.

É sabido que o ensino-aprendizagem dos gêneros textuais passa pela tríade Bakhtiniana (2011, p. 262), que é o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional que cada gênero possui, imbricando justamente com as questões relativas às variedades linguísticas, pois os gêneros textuais são variados e inúmeros entre si, ocasionando irremediavelmente para a sua composição o uso da variação da língua, definindo o estilo individual de cada gênero textual e de seus autores.

Nessa singularidade, vale destacar o que a BNCC (2017, p. 67) assinala:

Os conhecimentos sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens (semioses) devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/campos de atividades humanas.

Em consonância com as competências gerais e específicas para o ensino da língua portuguesa, pretende o documento fornecer aos estudantes a capacidade comunicativa plena nos variados ambientes sociais por meio dos

letramentos, formando cidadãos conscientes que consigam usar adequadamente e de modo sábio a sua língua/linguagem conforme as variadas situações de interação social. Verifique-se:

Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens (BRASIL, 2017, pp. 67-68).

A ampliação desses letramentos passa pela interseção desses objetos de estudo, que acontece na proximidade genuína dessas teorias, pois, como sabemos, para o desenvolvimento dos estudos do letramento, faz-se necessária a materialização e a intermediação dos gêneros textuais, desembocando em outro objeto de estudo que é a variação linguística, elemento fundamental que define significativamente os estilos de cada gênero.

#### 4. CONTEXTUALIZANDO A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

O estudo da língua deve levar em conta que os recursos, as categorias gramaticais e os elementos internos de determinada língua se interagem no texto, produzindo ou revelando uma coerência dentro de uma sequência linguística própria.

Assim, a interação verbal e a produção de linguagem, forma de comunicação entre os

falantes de uma língua, possibilitam a relação entre sujeitos ativos, bem como a criação identitária social de um povo, construída por estilos e por registros distintos. Nesse sentido, os parâmetros da variação possibilitam ordenação valorativa social.

Entretanto, entre a concepção variacional da língua e a consequente aplicabilidade desta em sala de aula, há uma lacuna procedimental, como adiante se verá, pois o que se tem percebido desde há muito tempo é a concepção enviesada de que a língua e suas manifestações orais e/ou escritas são uniformes e pautadas quase que exclusivamente na gramática normativa.

Nesse sentido, Bagno (2007, p. 35) adverte que:

As pessoas que vivem em sociedade com uma longa tradição escrita, com uma história literária de muitos séculos e um sistema educacional organizado se acostumaram a ter uma ideia de língua muito influenciada por todas essas instituições. Para elas só merece o nome de língua um conjunto muito particular de pronúncias, de palavras e de regras gramaticais que foram cuidadosamente selecionadas para compor o que vamos chamar de norma padrão, isto é, modelo de língua “certa”, de “bem falar” que, nessas sociedades, constitui uma espécie de tesouro nacional, de patrimônio cultural que, assim como as florestas, os rios, a flora, a fauna e os monumentos arquitetônicos, precisaria ser preservado da ruína e da extinção.

Em vista disso, há de se compreender e trabalhar a variedade da língua não apenas dizendo que aquilo que é contrário à norma padrão é variação linguística e, que, por isso mesmo, é uma incorreção no uso da língua. O conceito de variação é muito mais amplo e engloba diversos fatores linguísticos e os extralinguísticos, tais como gênero, escolaridade, faixa etária, classe social, atividade profissional, região geográfica.

Em contribuição às ideias, Sousa Filho (2015) aponta que a análise linguística está mais ligada à concepção de linguagem como forma de interação, já que leva em conta, na prática de ensino, a linguagem em funcionamento entre os sujeitos nas suas diversas situações de interação.

Nesse sentido, veja o que a BNCC (2017, p. 80) pontua a respeito do eixo temático Análise Linguística/Semiótica:

[...] envolve os procedimentos e estratégias (meta)cognitivas de análise e avaliação consciente, durante os processos de leitura e de produção de textos (orais, escritos e multissemióticos), das materialidades dos textos, responsáveis por seus efeitos de sentido, seja no que se refere às formas de composição dos textos, determinadas pelos gêneros (orais, escritos e multissemióticos) e pela situação de produção, seja no que se refere aos estilos adotados nos textos, com forte impacto nos efeitos de sentido. Assim, no que diz respeito à linguagem verbal oral e escrita, as formas de composição dos textos dizem respeito à

coesão, coerência e organização da progressão temática dos textos, influenciadas pela organização típica (forma de composição) do gênero em questão. No caso de textos orais, essa análise envolverá também os elementos próprios da fala – como ritmo, altura, intensidade, clareza de articulação, variedade linguística adotada, estilização etc. –, assim como os elementos paralinguísticos e cinésicos – postura, expressão facial, gestualidade etc. No que tange ao estilo, serão levadas em conta as escolhas de léxico e de variedade linguística ou estilização e alguns mecanismos sintáticos e morfológicos, de acordo com a situação de produção, a forma e o estilo de gênero.

Desse modo, percebemos que o ensino da língua em sua forma mais abrangente deve ser posto em evidência, sobretudo quando se trata de variação linguística. Não se pode entrincheirar esse ensino unicamente nos ditames do tradicionalismo, pois os sujeitos partícipes dos atos de fala mudam e se transformam e, conseqüentemente, a língua também acompanha essas modificações, ensejando realmente a heterogeneidade linguística na qual o aluno se reconhece nela.

Em vista disso, a BNCC (Brasil, 2017), nos seus escritos, ressalta que o ensino deve contemplar também a variação da língua. A propósito, destacam-se abaixo os vários excertos extraídos do referido documento, seguidos de observações a respeito:

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado (BRASIL, 2017, p. 81).

Como se vê, é proposto que o tema seja levado a análise e que as diferenças atribuídas entre variedades de prestígio e variedades estigmatizadas sejam discutidas e avaliadas em qual contexto isso acontece. Esse tipo de reflexão fornecerá ao estudante ferramentas que contribuirão para o entendimento da importância da língua(gem) e das suas possibilidades de uso.

Para isso, a Base aconselha que o ensino da variedade linguística contemple tanto as análises linguísticas, quanto as semânticas, de modo que o aluno perceba que a variação não se dá apenas pela troca de sintagmas nominal/verbal ou até mesmo pelas ausências de concordâncias nominais/verbais no uso da língua(gem), mas que essa variedade acontece também no campo semântico. Veja-se:

- Conhecer algumas das variedades linguísticas do português do Brasil e suas diferenças fonológicas, prosódicas, lexicais e sintáticas, avaliando seus efeitos semânticos.
- Discutir, no fenômeno da variação

linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica (BRASIL, 2017, p. 83).

Assim, pode-se perceber que reflexões acerca do tema devem acontecer para que as competências específicas a serem desenvolvidas no ensino fundamental por meio da língua portuguesa se efetivem na vida do aluno, a exemplo das mencionadas a seguir:

4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.

5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual (BRASIL, 2017, p. 87).

Na sequência, a BNCC cuida do tema variação linguística em relação à língua inglesa, que, de modo reflexo, pode ser inteiramente aplicado ao ensino da língua portuguesa:

Para além da definição do que é certo e do que é errado, essas descobertas devem propiciar reflexões sobre noções como “adequação”, “padrão”, “variação linguística” e “inteligibilidade”, levando o estudante a pensar sobre os usos da língua inglesa, questionando, por exemplo:

“Essa forma de usar o inglês estaria ‘adequada’ na perspectiva de quem? Quem define o que é o ‘correto’ na língua? Quem estaria incluído nesses usos da linguagem? Quem estaria silenciado?” De modo contrastivo, devem também explorar relações de semelhança e diferença entre a língua inglesa, a língua portuguesa e outras línguas que porventura os alunos também conheçam. Para além de uma comparação trivial, com vistas à mera curiosidade, o transitar por diferentes línguas pode se constituir um exercício metalinguístico frutífero, ao mesmo tempo em que dá visibilidade a outras línguas, que não apenas o inglês (BRASIL, 2017, p. 245).

Diante disso, sobressai a compreensão de que o ensino da variação linguística e a valorização desse tema nas salas de aula caminham para o despertar de habilidades que resultarão na formação de cidadãos conscientes das questões sociais que os envolvem e também críticos em relação a sua própria linguagem, estando esta presente em todos os acontecimentos da vida. Essa noção é libertadora, pois tem a capacidade de emancipar as vozes daqueles que se encontram estigmatizados pelo desconhecimento desse ou daquele registro linguístico. Abaixo, algumas habilidades voltadas a esse propósito:

Comparar o tratamento dado pela gramática tradicional e pelas gramáticas de uso contemporâneas em relação a diferentes tópicos gramaticais, de forma a perceber

as diferenças de abordagem e o fenômeno da variação linguística e analisar motivações que levam ao predomínio do ensino da norma-padrão na escola. [...] Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variações fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.), de forma a ampliar a compreensão sobre a natureza viva e dinâmica da língua e sobre o fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, e a fundamentar o respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos (BRASIL, 2017, pp. 507-508).

Ante o exposto, a partir do que consta da BNCC (Brasil, 2017), observa-se que a Base contempla de maneira segura e qualificada o modo como a variação linguística deve ser apresentada ao aluno de língua portuguesa do ensino fundamental anos finais. Sob essa perspectiva é que se encaminha agora para análise de um livro didático, a fim de se aferir o conteúdo prescrito na Base com o material utilizado pelo professor.

## 5. CORRESPONDÊNCIA PRÁTICA DE UM LIVRO DIDÁTICO ÀS PRESCRIÇÕES DA BNCC

A análise se limitará a um exemplo extraído do livro didático “PNLD 2020, 6º ano, Tecendo Linguagens - Manual do Professor, 5ª ed., São Paulo, 2018 (2020)”, tendo por objetivo mostrar,

ainda que de maneira sucinta, a aplicabilidade da teoria variação linguística constante da BNCC em um manual de uso profissional, que será utilizado no corrente ano de 2020. A metodologia utilizada será o estudo crítico da variação linguística tal como apresentado no livro, frente às teorias já escrutinadas neste trabalho.

Cumprido esclarecer que a presente análise não desconsiderará os ditames dos PCNS, pois, apesar de esse documento estar em desuso por conta de normatividade superveniente (BNCC), há uma memória recente de aplicação dos parâmetros curriculares do regime anterior.

Assim, o estudo ora pretendido guardará conformidade com as teorias apresentadas na Base Nacional Comum Curricular, juntamente com estudiosos já referidos neste trabalho, pois se sabe que esse documento será aplicado e exigido em todos os manuais didáticos, teorias/práticas educativas e, principalmente, na atuação pedagógica diária de professores.

Dessa forma, far-se-á uma análise sumária de um livro didático que será utilizado por muitos docentes. Apesar disso, o que se pretende neste trabalho é fomentar futuras e mais profundas análises referentes ao tema proposto ou ao menos despertar uma postura crítica de observação, de modo a se poder comparar a aplicação do tema aos ditames do novo documento curricular presente na BNCC.

Como resultado, observou-se que, na prática, a operacionalização da variação linguística é voltada exclusivamente para a norma padrão. Tome-se como exemplo a abordagem de uma atividade proposta aos alunos no Livro Didático/PNLD, Tecendo Linguagens (2018, p. 88), que norteia o estudo da variação linguística:

### *“Variedade linguística*

1. Observe a maneira como um personagem do texto “Na escola” expôs sua opinião e responda às próximas questões:

**A senhora vem de calça comprida, e a gente aparecemos de qualquer jeito.**

a) A construção destacada no trecho está de acordo com as regras gramaticais? Por quê?

R: *não, pois o sujeito (a gente) está no singular e o verbo (aparecemos) no plural.*

b) Construções como essa em destaque podem aparecer na fala das pessoas quando elas se comunicam? Por que você acha que isso acontece?

*Resposta pessoal”*

No material, o tema variação linguística é incluído no terceiro capítulo do livro em análise onde são tratados diversos assuntos da língua portuguesa, dentre os quais conceitos e atividades de crônica, de artigo, de numeral, de concordância nominal, de variedade linguística, de linguagem formal e informal. Há uma parte denominada de reflexão sobre o uso da língua, na parte lateral da página, apresentando conceitos de variedade linguística e de norma-padrão, como se fossem notas “de orelha de livro”. Esses conceitos estão atrelados à resposta da atividade de número 1, letra “b” (cujas respostas devem ser dadas pelo aluno), estabelecendo um dialogismo com o professor.

Verifica-se, pois, que a variação linguística

somente foi tratada nesse capítulo do livro e de forma bem sucinta. O exercício de fixação, que pretendia explorar o tema, limitou-se a uma questão com duas alternativas de respostas.

#### **5.1. Vamos às análises**

A primeira alternativa (letra “a”) direcionou a discussão para a norma-padrão, no caso, para a concordância verbal, como se pode ver acima. A explicação inicial para a alternativa “a” seria mostrar que a construção contida no retângulo não estava de acordo com as regras gramaticais, pois o sujeito estava no singular, e o verbo, no plural. Caberia ainda ao professor, com base nos conceitos já pré-estabelecidos no livro, explicar que há pessoas que usam a variedade da língua padrão e, portanto, seguiam os ditames das regras de concordâncias e outras que usavam uma variedade da língua que não seguiam a norma-padrão. E, assim, quanto menos escolarizadas fossem essas pessoas, mais distantes estariam da norma-padrão.

A segunda alternativa (letra “b”) concedeu uma abertura para que o professor encaminhasse a matéria a partir das respostas dadas pelos alunos (resposta pessoal), porém seguindo as instruções conceituais metodológicas que constam do livro.

Assim, após o professor receber as respostas dos alunos, deveria dar continuidade às explicações sobre os usos da variação linguística, mostrando que a língua por ser dinâmica, passa por processos naturais de mudanças e o uso dela se modifica, dependendo da situação, do tempo, do lugar em que se vive, da idade, das circunstâncias.

Dessa forma, na atividade proposta (letra “a”), houve uma abordagem tradicionalista,



apontando que construções como essas podem acontecer quando pessoas se comunicam principalmente com aquelas que são menos escolarizadas. Essa abordagem teve como foco a variedade da língua em uma perspectiva normativa, incompleta e preconceituosa. Como se trata de um manual do professor, os direcionamentos contidos no livro, como se pode observar, abrem precedentes para que esse profissional aborde o tema, dizendo que aquilo que foge dos ditames da norma padrão é variação linguística, o que é incorreto.

Em relação à letra “b”, a sugestão do livro quanto à resposta a ser dada para os alunos foi insatisfatória e incoerente, pois a variação linguística não ocorre apenas entre os menos escolarizados, mas representa um processo natural da própria língua, que dispõe de outros elementos que a integram, como abordado anteriormente.

Como se vê, quando se passa para a materialidade desse aprendizado, ele é apresentado de modo enviesado, causando na maioria das vezes, a má impressão de que tudo que não esteja de acordo com a norma padrão é variação linguística. No entanto, para Bagno (2007, p. 39), a variação acontece em todos os níveis, seja fonético-fonológica, morfológica, sintática, semântica, lexical e estilístico-pragmática, ensejando uma heterogeneidade da língua.

Assim, é preciso compreender e trabalhar a variedade da língua não apenas dizendo que aquilo que é contrário à norma padrão é variação linguística e, que, por isso mesmo, é uma incorreção no uso da língua, pois o conceito de variação é muito mais amplo e engloba diversos fatores extralinguísticos tais como gênero, escolaridade, faixa etária, classe social, atividade

profissional, região geográfica.

Há também, de acordo com Bagno (2007, p. 46), a classificação da variação sociolinguística que consiste na variação diatópica, que é a comparação entre os modos de falar de lugares diferentes; variação diastrática, que se verifica na comparação entre os modos de falar das diferentes classe sociais; variação diamésica, que é a comparação entre a língua falada e a língua escrita; variação diafásica, que consiste no uso diferenciado que os falantes fazem da língua e variação diacrônica, que é a comparação em nível da história da língua.

De acordo com Geraldi (1997), essa situação nos livros didáticos ainda acontece reflexivamente em resposta à democratização escolar que aconteceu na pós-revolução de 1964, em que a reponsabilidade da escola era ordenar e disciplinar a aprendizagem didaticamente em detrimento da iniciativa pessoal. Então, a solução chave, que resolveria duas situações em uma só foi a implantação dos livros didáticos para professores e alunos, objetivando a automatização do conhecimento e a formação de repetidores desse material escolar, que trazia em seu bojo uma estrutura nefasta em que o ensino partiria da síntese para a definição, passando pelas generalizações e findando em regras abstratas.

O método sistematizou e mecanizou a palavra, aleijando a língua, pois tal ensino privilegiou a metalinguagem, a estruturação, a abstração em detrimento do raciocínio concreto, múltiplo e contraditório da língua na forma de discurso e enunciação.

A herança desse método é a confusão entre estudar a língua e estudar a gramática, sendo o estudo desta, traumático e de pouco interesse pelos estudantes.

Dessa forma, como bem assegura Gomes (2018, p. 41):

Nós, professores da área de Linguagens, temos como objetivo viabilizar um pensamento crítico e reflexivo, bem como desenvolver a capacidade de argumentar dos cidadãos que passam por nós em sua formação. Dessa forma, precisamos constituir um ensino e uma formação social em que haja espaço para todos, na tentativa de romper com as relações de dominação e exclusão na sociedade, sobretudo por meio da linguagem como aparato da perpetuação ou ruptura dessas relações.

Assim, o objetivo é ensinar a língua e não somente a gramática, para que, assim, o indivíduo não só incorpore os códigos, como também permita a identidade e a significação deles em si mesmo. Isso possibilita ao discente um ensino/aprendizado baseado na análise linguística centrada no uso do falante, pois esta didática dialoga diretamente com as vivências desse sujeito. Portanto, cria-se uma identificação e uma facilidade neste aprendizado, sem fomentar situações esdrúxulas que pouco condizem com o fazer pedagógico do professor, tampouco com a apreensão conteudista do aluno. Como afirma Bagno (2007, p. 36):

[...] a língua não está registrada por inteiro nos dicionários, nem suas regras de funcionamento são exatamente (nem somente) aquelas

que aparecem nos livros chamados gramáticas. É mais uma ilusão social acreditar que é possível encerrar num único livro a verdade definitiva e eterna sobre uma língua.

Pelo exemplo extraído do manual didático mencionado, ficou clara a existência de um contrassenso entre as teorias linguísticas apresentadas na BNCC e sua efetividade no caso em estudo, em virtude do que se poderia perguntar se não se está apenas colocando “remendo novo pano velho”, criando, com isso, insubsistências entre teoria e prática.

Os PCNS, antes do surgimento e discussão de uma Base Nacional Comum Curricular, era (e ainda é, em certa medida, pois está oficialmente em desuso) um documento robusto que se propunha a uma série de teorias e práticas que não foram implementadas por completo no chão das salas de aula, tendo já se passado vinte e dois anos de sua edição. Apesar disso, os parâmetros curriculares ali presentes não foram explorados a contento nem foram totalmente considerados Brasil afora.

Por outro lado, a BNCC, embora tenha abraçado algumas teorias/práticas dos PCNS, ampliou e trouxe novos temas e perspectivas de abordagem, mostrando o que é, e como deve ser o enfrentamento dos conteúdos e das habilidades a serem desenvolvidas por área e componente curricular, bem como, exigindo que se sejam desenvolvidas competências gerais e específicas em cada etapa cursada.

Nessa esteira, em relação ao componente curricular Língua Portuguesa, verificou-se que houve um ponto de contato entre os PCNS e a BNCC, pois ambos os documentos apresentam

centralidade no texto para desenvolvimento dos estudos da língua. Assim, pode-se observar que para o estudo do texto nas salas de aula, há a necessidade de se fazer menção aos gêneros textuais e seguidamente à variação da língua, pois como bem afirma a BNCC (BRASIL, 2017, p. 80), no que tange ao estilo, serão levadas em conta as escolhas de léxico e de variedade linguística ou estilização e alguns mecanismos sintáticos e morfológicos, de acordo com a situação de produção, a forma e o estilo de gênero.

Desse modo, o documento traz uma abordagem coerente no que se refere ao tema variação linguística. Observe o que diz a BNCC (Brasil, 2017, p. 83), ainda referente ao eixo da análise linguística/semiótica, trazendo algumas habilidades a serem desenvolvidas:

- conhecer algumas das variedades linguísticas do português do Brasil e suas diferenças fonológicas, prosódicas, lexicais e sintáticas, avaliando seus efeitos semânticos.
- discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica.

Teoricamente, percebe-se, pois, que não há insensatez na abordagem da variação linguística, nem dos requisitos exigidos para que o ensino da Língua Portuguesa seja coerente e significativo, de modo que dialogue com práticas discursivas diárias dos estudantes e professores.

Em contraste, na breve análise empreendida, percebe-se que nem sempre teoria e prática andam juntas, pois uma verdadeira

educação linguística é uma educação que acolha e explicita as diferenças existentes entre os variados modos de se falar/escrever, além de mostrar os lugares onde ocorrem mais comumente essa variação e a valorização que ela recebe na sociedade.

Sabe-se que há variações linguísticas socialmente mais prestigiadas, vistas predominantemente na escrita e na fala letrada. Entretanto, há variedades linguísticas avaliadas como de menor importância, e que estão igualmente presentes tanto na escrita quanto na fala.

Nesse caminho, é importante destacar a necessidade de que os discentes entendam o tipo de valoração, o tipo de conflito e a luta de poder político, social, econômico, cultural que está em jogo por trás da variação linguística. Veja o que diz a Base Nacional (2017, p. 81):

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado. Esses conhecimentos linguísticos operam em todos os campos/esferas de atuação.

Dessa forma, é uma abordagem muito superficial saber o que é variação linguística,

mas tratá-la sob um ponto de vista reducionista, tradicionalista, entendendo-a apenas como o falar ou o escrever “desse/daquele jeito”. Isso não levará o aluno a uma consciência crítica e libertadora no uso da sua língua/linguagem, fornecendo-lhe competência comunicativa plena e a formação integral.

Essa competência desenvolvida subsidiará habilidades para que o estudante decida, por si mesmo, se quer ou não utilizar essa ou aquela forma de dizer ou de escrever, se é ou não adequada nesse ou naquele contexto a utilização de determinada forma de comunicação, seja ela oral ou escrita.

Diante disso, o estudo da variação linguística não deve se ater somente aos ditames da normatividade gramatical, como fez o trecho do livro examinado. Em verdade, o que se viu foi a repetição de prática anterior, sem aderência plena aos preceitos descritos na BNCC e sem levar em conta que o tema é muito mais amplo do que a mera avaliação do certo e do errado, esvaziando a pluralidade da língua em seus diversos contextos de uso.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que se tenha notado, no percurso textual, uma abrangência temática significativa da BNCC no que diz respeito às variantes da língua e que o documento não apresenta em seu conteúdo aspectos teóricos preconceituosos, monolingüísticos e, nem tampouco, ranços do tradicionalismo gramatical e hermético, de modo a inviabilizar o trânsito natural da língua/linguagem e o trabalho eficiente com a variação linguística intra e inter-sistema. Pode-se também vislumbrar nos PCNS de 1997/1998 essa mesma

característica holística e dialógica no estudo da língua portuguesa, uma vez que apontaram, de igual modo, caminhos que pudessem desenvolver as competências e habilidades na aprendizagem, bem como a possibilidade de conhecer gêneros textuais diversos, facilitando a materialidade do dizer, trazendo à existência o estudo prático da língua portuguesa.

Apesar disso, não houve inovação em relação à forma como o tema variação linguística foi tratado no livro didático PNLD 2020 analisado, embora este tenha sido cancelado pela própria BNCC vigente, tal como também ocorria enquanto vigorava os PCNS. Sob um olhar mais geral, o que se tem visto desde a implementação dos parâmetros curriculares nacionais até a atual resolução é, muitas vezes, uma dissonância entre as teorias inovadoras/ transformadoras desses textos e a aplicabilidade deles em muitos manuais didáticos.

Isso, contudo, não ofusca o fato de que cada um desses documentos, ao seu tempo, tenha avançado em assuntos relevantes na busca de qualidade do ensino. Ambos os documentos são robustos em suas teorias curriculares, tendo potencial para mostrar ou pelo menos sinalizar um itinerário distinto para que a educação brasileira alcance níveis razoáveis de desempenho em comparação com outros países.

Mesmo assim, o que se viu no material analisado foi a repetição de um erro que poderia ser corrigido: o tema variação linguística sendo tratado de modo raso, reducionista e preconceituoso, conforme apresentado no manual do professor. Assim, verificou-se que o livro didático utilizado como exemplo contemplou minimamente a teoria necessária ao entendimento do ponto referente à variação linguística, porém, o exercício proposto

ao tema foi apresentado de modo enviesado, valorizando tão somente o emprego da gramática normativa, o que esvaziou a abordagem.

Caberia até mesmo indagar se tal postura, que já fora adotada pelos manuais anteriores, sob a convivência dos PCNS e agora da BNCC, não representaria uma forma indireta de se trabalhar o monolinguismo e/ou monoculturalismo, de sorte a silenciar vozes, enfatizar e valorizar uma língua(gem) de poder pautada na padronização do que não é padronizável, haja vista que a língua é viva e se perfaz na interação com os sujeitos. Em um ambiente onde haja espaço para todas as linguagens, é um tanto incoerente, ou no mínimo uma estratégia velada, voltar-se ao passado para prestigiar apenas uma língua culturalmente aceita pela sociedade letrada.

Dizer simplesmente que “a Base é a mesma e as oportunidades também serão”, conforme a campanha de divulgação governamental então realizada, não garante, por si só, a qualidade do ensino brasileiro, apenas assegura, no plano teórico, a validade e a implementação de uma base curricular comum nacional. Não há erro em desejar que o ensino do país melhore e que alcance a todos, destacando-se em qualidade e progresso. Também não se erra quando se age em favor de políticas públicas com essa finalidade. Todavia, as mudanças devem ser concretas e percebidas pelo grupo social a que se destinam, não podendo ficar apenas no plano regulamentar ou de formulação de diretrizes ou perspectivas.

Portanto, o ensino da variedade linguística precisa acontecer de fato nas salas de aula e, para isso, o aporte prático/teórico da matéria pode ser encontrado não somente nos livros didáticos, mas também passa por um olhar sociolinguístico voltado para os próprios alunos, que constituem,

eles mesmos, um material riquíssimo de estudo e análise, o uso real da língua. Isso proporcionará uma maior inte(i)ração com esses sujeitos, pois essa prática gera um espelhamento deles mesmos e de suas origens. Não se pretende é claro que haja um distanciamento dos manuais, principalmente do manual do professor, mas que aconteça uma análise crítica por parte dos docentes no repasse de conhecimentos e conteúdos que realmente sejam apropriados e que complementem os conhecimentos desses alunos, que merecem, a propósito, ser instruídos com teorias de ensino que acompanhem a evolução e a atualização linguística. Para isso, a formação docente continuada torna-se indispensável na valoração desses temas e na carreira do magistério.

Não custa trazer à tona novamente as palavras de Falsarella (2004) de que propostas de inovação em práticas de sala de aula passam necessariamente pelo crivo e pela aceitação do professor, pois é ele quem efetiva, ou não, as mudanças na sua prática cotidiana. Assim, é estranho, nesse contexto, a falta de harmonia entre a teoria da BNCC (BRASIL, 2017) e o manual de um livro didático, especialmente em se tratando do material destinado ao professor, pois este é a instância primeira de transformação de todo o sistema educacional.

No entanto, ao que tudo indica, a Base Nacional Comum Curricular, a despeito de seus muitos méritos, parece não ter se preocupado o suficiente em dar conformidade de pensamento entre a teoria oferecida e a prática presente nos manuais didáticos, refletida na ação docente, já que segundo Szundy (2017, p. 85), o termo formação docente na BNCC apenas aparece mencionado sete vezes ao longo das seiscentas e setenta e seis páginas escritas.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé, **Aula de Português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; Introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. 6ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ensino Fundamental Anos Finais. Brasília: MEC 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/7.\\_Orienta%C3%A7%C3%B5es\\_aos\\_Conselhos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/7._Orienta%C3%A7%C3%B5es_aos_Conselhos.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS)**. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL **IDEB**. 2005. Disponível em: <<http://escolas.se.df.gov.br/fde/images/metas/meta07.pdf>> Acesso em: 27 abr. 2020.

FALSARELLA, Ana Maria. **Formação continuada e prática de sala de aula: os efeitos da formação continuada na atuação do professor**. Campinas, São Paulo, 2004.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de ler: em três artigos que se completam**. 23ª ed. São Paulo: Autores Associados, Cortez 1989.

GERALDI, W. **Portos de Passagem**. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GOMES, Simoni Machado. A Base é a

Educação ou Condicionar é a Base? In: **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Língua Portuguesa e(m) debate** [recurso eletrônico] / organizadoras: Kelli da Rosa Ribeiro, Silvana Schwab do Nascimento. Rio Grande: Ed. Da Furg, 2018. Disponível em: <<https://pgling.furg.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

GONZAGA, Maria Angélica Lemos. A Face Normativa da Base Nacional Comum Curricular In: **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Língua Portuguesa e(m) debate** [recurso eletrônico] / organizadoras: Kelli da Rosa Ribeiro, Silvana Schwab do Nascimento. Rio Grande: Ed. Da Furg, 2018. Disponível em: <<https://pgling.furg.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

MARTELOTTA, Mário Eduardo, (org.). **Manual de Linguística**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Tânia Amaral, ARAÚJO, Lucy Aparecida Melo. **Tecendo Linguagens: 6ºano 5º**. Ed. Barueri (SP): IBEP, 2018.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**; organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio da edição brasileira Isaac Nicolau Salum; tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. -27. Ed.- São Paulo: Cultrix, 2006.

SOUSA FILHO, Sinval Martins de. Relato de experiência do curso Tópicos de ensino de língua portuguesa: gêneros discursivos-textuais e análise linguística. In: SOUSA FILHO, S. M. e ARAUJO, L. K. (org.) **Gêneros discursivos e análise linguística no ensino de línguas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. pp. 17-46.

SZUNDY, Paula Tatianne Carréra. A Base nacional comum curricular: implicações para a formação de professores/ as de línguas(gens). In: MATEUS, Elaine; TONELLI, Juliana Reichert Assunção. Org. **Diálogos(im)**

**pertinentes entre formação de professores e aprendizagem de línguas** [livro eletrônico] 2017 ED. Blucher Open Access. Disponível

em: <<https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf/346>>. Acesso em: 27 abr. 2020.